

A DESORDEM DO PROGRESSO: o Projeto Baixo-Açu e a expropriação das terras camponesas de trabalho e moradia.

Jovelina Silva Santos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
E-mail: jovelinassantos@gmail.com

RESUMO

Na década de 1960 foram aprovadas políticas públicas para intervenção do Estado no meio rural do semiárido, com o fim de promover a modernização agrícola. Esse processo assumiu características autoritárias e excludentes no Vale do Açu/RN, ao implantar um Projeto, cuja fase inicial foi a construção de uma descomunal barragem para oferecer segurança hídrica à revolução verde propugnada para a região. O Estado pretendia impor o supracitado Projeto sem estabelecer qualquer diálogo com a sociedade e os setores mais duramente atingidos. Contudo, a natureza obscura e o caráter faraônico da obra puseram no campo de debate seja em oposição ou defesa, os grandes proprietários rurais, a Igreja Católica, os camponeses que laboravam em condições sociais diversas e as agências do Estado que assumiam naquele momento a empreitada do referido Projeto. De modo geral, para realização da pesquisa investiguei os conflitos perscrutando fontes diversas, contudo, para o presente artigo os periódicos ganharam maior relevo. Ao fim e ao cabo conclui-se que, em flagrante contradição ao discurso do progresso, a ação do Estado trouxe maior miséria aos camponeses com a expropriação e expulsão das áreas agricultáveis, terras de trabalho e moradia.

Palavras – Chaves: Projeto Baixo Açu; Conflitos; Camponeses.

Introdução

O Projeto Baixo-Açu está entre as dezenas de outros que foram planejados para viabilizar a modernização agrícola no semiárido ganhando maior celeridade no final da década de 1960. As linhas mais gerais e as propostas para transformar a agricultura do Nordeste e alavancar o desenvolvimento da região já estavam presentes em órgãos

públicos como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e PND II) incorporaram essas proposições e para efetivamente concretizar as ações intervencionistas objetivando a revolução verde¹, foram estruturados os seguintes programas: Programa de Integração Nacional (PIN)²; Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)³. Contando com verbas vultosas estes programas visavam fornecer todo tipo de atrativo ao capital privado com interesse nos setores dinâmicos ou que poderiam vir a sê-los. A análise do senhor Nilson Holanda não poderia sem mais esclarecedora quanto a coalizão entre Estado e capital urdidos no interior dos programas supracitados, ao afirmar que:

Na realidade, toda a ação do Governo tem por objetivo criar as precondições indispensáveis para a execução de investimentos privados. (...) além de realizar aqueles investimentos de caráter essencialmente público, para a complementação da infra-estrutura econômica e social da Região, o governo pretende utilizar, de forma coordenada e racional, incentivos e estímulos os mais diversos, para induzir a realização de investimentos privados de desenvolvimento agrícola e industrial. (HOLANDA, 1975, p.57).

Sem ir às primeiras origens, trago uma breve cronologia que nos permite mapear as fases políticas do Projeto Baixo-Açu. Entre os anos 1969 e 1971 uma empresa de engenharia realizou a serviço da SUDENE e do DNOCS os estudos na bacia do Rio Piranhas e logo em 1972, o DNOCS encarrega a empresa SERETE da realização do

¹ O termo Revolução Verde designa o processo de transformação na produção agrícola, ou seja, a industrialização do setor, que ocorreu a partir da década de 1950, com significativo aumento da produtividade, a partir da utilização de tecnologias diversas (equipamentos, defensivos, maquinário, etc). Para efetivação do novo modelo foi sumamente importante a associação entre a indústria de insumos e a indústria de bens de capital. Shiva (2003) aponta a revolução verde como geradora de grandes desequilíbrios ambientais e sociais, comprometendo a diversidade genética, degradando solo e água, além de construir uma relação de dependência política e econômica dos países desenvolvidos e as empresas do setor de insumos e bens de capital.

² Inscrito no PIN estava o Plano de Irrigação do Nordeste no qual foram articulados 54 projetos de irrigação nos vales úmidos do semiárido, localizando-se nos Estados do Piauí (04), Ceará (12), Rio Grande do Norte (05), Paraíba (04), Alagoas e Sergipe (03), Pernambuco (08), Bahia (13) e Minas Gerais (05)

³ O POLONORDESTE foi criado pelo Decreto Nº 74.794, de 30/10/1974 com a finalidade de selecionar as áreas prioritárias para a modernização agrícola e agrária. Ainda de acordo com o referido Decreto, o Programa seria implantado pelo Ministério do Interior via SUDENE e BNB e pelo Ministério da Agricultura que estabeleceria parcerias com os governos estaduais e outros ministérios

Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica do Projeto Baixo-Açu. A assinatura do Decreto 76.046, publicado em 29/07/1975, pelo General Ernesto Geisel, estabelecia a desapropriação de uma área de cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis hectares e oitenta e quatro ares (158.476,84) que correspondia a 3% do território norte-río-grandense e destinava-se a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (67.036 ha) e ao projeto de irrigação no Baixo-Açu (91.440,84 ha). O Decreto acima edificou as bases para o Projeto Baixo-Açu, que previa três etapas distintas: a 1ª correspondia a construção da barragem; a 2ª tratava do assentamento à montante da barragem da população desalojada com instalação de polo pesqueiro; a 3ª seria o estabelecimento de um projeto de irrigação.⁴

Em 1977 diante do silêncio em torno do Projeto Baixo-Açu, do bloqueio cartorial para negócios de qualquer natureza vinculados aos imóveis na área de desapropriação e da suspensão do crédito bancário para a agropecuária na área diretamente afetada pelo Projeto, os grandes proprietários do Vale do Açu divisaram a depauperação dos imóveis, o que resultaria na queda dos valores de desapropriação, como afirmou o deputado Montenegro Neto (ARENA) em matéria publicada no *Tribuna do Norte*.⁵

A polêmica em torno da área a ser desapropriada foi pautada durante o I Simpósio de Desenvolvimento Social do Vale do Açu, ocorrido em janeiro de 1977, organizado pela Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-estar Social. Vários temas foram abordados por técnicos e representantes das secretarias estaduais, com ênfase nas questões específicas do PBA, consideradas graves e preocupantes para os empresários e proprietários do Vale⁶. Ao final do I Simpósio foi constituída Comissão Especial⁷ para

⁴ A definição das etapas encontramos em Silva (1992) e Valêncio (1995). Encontramos outra classificação nos Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves, Vol. I, pág. 11, que estabelece a barragem e o perímetro de irrigação como Etapa 1.

⁵ CASO da barragem vai a debate em Ipanguaçu. *Tribuna do Norte*, 24/04/1979.

⁶ Foram abordados neste evento os seguintes pontos: Aproveitamento agroindustrial da produção agrícola do Vale do Açu; Importância da implantação de cooperativas agropecuárias no Vale do Açu; Política de Transporte e Obras Públicas no RN e Projetos para o Vale do Açu; Políticas de estradas no Estado e no Açu; Programa de energia elétrica para o RN e projetos no Açu; Programa de abastecimento d'água no Estado e no Açu; Política de desenvolvimento urbano em Açu e Política habitacional do governo do Estado e Projeto Baixo Açu.

⁷ Formaram a Comissão Especial, o prefeito eleito de Assú (Sebastião Martins), político e latifundiário (Edgar Montenegro), o pároco de Assú (Padre Canindé), o secretário de agricultura do Estado (Gilzenor

elaborar um documento tratando destas questões e apresentando proposta para reestudo do PBA a fim de “salvar o Vale” do desastre que se avizinhava⁸. O referido documento deveria ser entregue ao Diretor Geral do DNOCS, José Oswaldo Pontes, ao governador Tarcísio Maia e a bancada do Rio Grande do Norte no Congresso Nacional.

Apenas para se ter uma ideia da gravidade dos problemas sociais advindos do Projeto Baixo-Açu, apontamos o deslocamento populacional de 3.955 famílias, o que contabilizava 20.250 pessoas entre as desapropriadas na bacia hidráulica e as que estavam situadas na área destinada ao projeto de irrigação, atingindo territórios de vários municípios, submergindo a cidade de São Rafael que desaparecia nas águas da barragem, assim como seriam completamente inundadas suas áreas férteis, extensos carnaubais e minas de mármore e sheelita.⁹

As notícias que se espalhavam enfatizavam a construção de uma grande barragem e a destruição que causaria. Na memória dos velhos agricultores de São Rafael emergiam a luta dos povos antigos que haviam povoado a região e foram dizimados, expulsos ou se sujeitaram ao colonizador. Com a instauração dos conflitos resultantes da implantação autoritária do PBA, essas memórias foram evocadas de forma “profética”, como um chamado à resistência. Encontramo-las no canto de Rafael Arcanjo da Costa, poeta e agricultor sem terra, que traz na poesia o combate à expropriação e expulsão dos camponeses da área destinada ao PBA. Em um de seus poemas, *Lições da História*, lê-se:

A mais de trezentos anos
Que os índios foram expulsado
Agora os filhos da terra
Que aqui foram criado
Estão passando a mesma dor
Que os índios tinham passado
(SILVA, 1998, p. 20).

Sátiro de Souza) e membros da secretaria do trabalho (Péricles Ribeiro, José Benevides e Antônio Marques).

⁸ SIMPÓSIO DO AÇU: documento com reivindicações para salvar o Vale do Açu. *Diário de Natal*, Natal, 20/01/1977.

⁹ BRASIL: MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS PROJETO BAIXO-AÇU. Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves. Vol. I, pág. 754. São Paulo, HIDROSERVICE, 1979.

Na poesia de Rafael Arcanjo da Costa, as lutas do tempo presente em defesa da terra de trabalho e moradia, remete os velhos sertanejos ao passado inglório, tempo da expulsão dos indígenas, da perda da terra e do rio. Esse tempo passado contado pelos antigos parece rasgar seu ventre-sepultura e os acontecimentos que nele estavam encerrados reaparecem trazendo para a cena dos conflitos novos atores, contudo, o enredo não muda e os “filhos da terra” serão novamente expulsos, como no passado, porém, agora não enfrentam o rei português, seus vassallos e mercenários, mas, o governo federal, as autoridades, o DNOCS, os “homens do poder”.

1. As controvérsias do progresso: o Projeto Baixo-Açu na imprensa.

Os mais importantes órgãos de imprensa no Rio Grande do Norte passaram a noticiar o Projeto Baixo Açu de modo frequente a partir de 1977, dois anos após a assinatura do decreto de desapropriação da área destinada ao PBA. Nos arquivos do Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹⁰, localizamos um conjunto variado de documentos, com centenas de recortes jornalísticos sobre o PBA, publicados nos principais jornais que circulavam no RN: *A República*, *Diário de Natal*, *O Poti*¹¹ e *Tribuna do Norte*. As indagações que orientaram a pesquisa nos jornais foram as seguintes: Quais temas relacionados ao PBA foram eleitos e como eram abordados? Quais setores sociais tinham sua voz veiculada com maior peso? Qual a posição das autoridades governamentais, dos técnicos, órgãos públicos e setores privados? E, finalmente, como era abordada a situação dos agricultores e de que modo eles eram representados? Que conflitos ganharam maior visibilidade na imprensa norte-rio-grandense?

Apenas para visualizarmos a força dos embates em torno do PBA na imprensa, localizamos e examinamos mais de 300 matérias versando sobre temas relacionados ao mesmo, direta ou indiretamente, no período de 1977 a 1987. Para os objetivos deste trabalho delimitei aos anos de 1977 a 1979 a análise de algumas matérias nos periódicos

¹⁰ O Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA) nasce em 1992, com o encerramento do Programa de Pesquisa *A Problemática da Seca* que integrava o Projeto Rio Grande do Norte da UFRN. O Nut-Seca possui vasto acervo documental sobre o semiárido norte-riograndense abarcando uma variedade de temas, no qual o Projeto Baixo Açu ganha relevo pela riqueza e diversidade das fontes disponíveis ao pesquisador.

¹¹ O Poti era a versão dominical do Diário de Natal.

selecionados, pois é neste período que ocorrem os mais intensos debates, a luta pelo redirecionamento do PBA e a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. No ano de 1979 o PBA sofre sua maior inflexão política com a renúncia de 91 mil hectares por parte do DNOCS. Esse recorte no PBA ocorreu sob forte pressão dos grandes proprietários de terra, através de seus representantes junto aos órgãos governamentais e recebeu severas críticas por parte das entidades sindicais vinculadas aos trabalhadores rurais. É bastante significativo que ao longo dos debates onde se confrontavam as diversas forças políticas e setores sociais de oposição ou defesa, o PBA fosse representado com as expressões: “redenção”, “catástrofe”, “progresso”, “miséria”, “maldição”, “necessidade”. Essas adjetivações para o PBA, de modo particular em relação a sua primeira etapa (construção da grande barragem) foram estampadas em títulos das matérias publicadas nos principais jornais de circulação no Estado do RN do início das obras ao completo desaparecimento da cidade de São Rafael sob as águas do maior açude do Brasil.

Como um réquiem para o Vale do Açu os arautos do progresso saudavam a redenção da população das condições de miséria e atraso e da dependência dos homens dos caprichos da natureza, com a implantação do PBA. Um novo Vale seria edificado por obra e graça dos órgãos federais que planejaram o desenvolvimento da região e ainda que à fórceps, o fariam rebentar. Com a manchete “Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas”, o jornal *A República* inicia um conjunto de reportagens sobre o PBA, homenageando os técnicos da empresa Andrade Gutierrez porque “Eles representam o progresso e uma das primeiras coisas que o progresso vai impor aos açuenses é um encontro com o futuro”¹². E que futuro seria esse? Sem nenhum receio em expor os paradoxos do progresso propugnado pelos órgãos públicos responsáveis pelo PBA, os articulistas afirmam de modo peremptório a mudança avassaladora de um território, de sua natureza e cultura:

O farfalhar dos verdes carnaubais, uma imagem secular na paisagem da terra e dos versos dos seus poetas, mais cedo ou mais tarde vão deixar de inspirar o Açu. Os políticos não utilizarão esta imagem em seus

¹² GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? Açu, a terra dos poetas. *A República*, Natal, 6/6/1979.

comícios o homem da terra não se espreguiçará sob os carnaubais que dão frutos e dinheiro sem muito esforço, o leque da natureza sofrerá uma transmutação. (...) o que eles, os poetas poderão cantar? Os poetas já não gorjeiam como os sabiás nas palhas dos carnaubais e, com estas mudanças em processo, definitivamente cantarão o futuro da terra¹³.

A devastação dos carnaubais para o estabelecimento de um outro padrão agrícola na região motivava os debates envolvendo entre outros atores, ambientalistas e proprietários rurais, razão pela qual merecia se justificar sua erradicação em nome de algo maior; o progresso. O Vale descrito acima aparece como território pródigo por natureza, donde a “vidinha pacata e poética” cantada por seus trovadores corria sem maiores esforços da população, levando a entrever que a região vivia uma espécie de letargia sob a qual permaneciam escondidas suas potencialidades e riquezas. Era necessário substanciar a proposta de progresso e as bonanças que dele adviriam para convencer a população de que o ônus a ser pago valeria o “antigo” Vale que iria desaparecer. Os dados referentes a produção irrigada e o revigoramento da agropecuária foram apresentados nos periódicos, nos discursos dos técnicos e de todos os agentes envolvidos na defesa do PBA, argumentando que:

Em lugar dos carnaubais, com a terra irrigada, nascerão alfaces, cenouras, pimentões, feijão, milho, novos frutos da terra plantados pelo homem. Os técnicos fazem previsões de que, com a irrigação, todo ano o Vale produzirá 300 mil toneladas de produtos agrícolas. Não haverá seca, nem enchente. A barragem permitirá que 800 famílias vivam exclusivamente da pesca, produzindo 2.500 toneladas anuais. O gado fornecerá 33 milhões de litros de leite por ano, mesmo com a previsão de que 8.400 cabeças serão abatidas anualmente¹⁴.

Para os técnicos do DNOCS a resistência dos camponeses fazia parte da chamada “fase emocional”, um tipo de comportamento pueril, carente de maturidade que só poderia ser superada com a “fase educacional”, ou seja, quando internalizassem em suas mentes os valores da racionalidade técnica e científica e ele pudesse aceitar o novo modelo de

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

produção agrícola e, mais difícil ainda, crer nas promessas de redenção que o Projeto oferecia ao povo do Vale. E concluindo que essa era uma difícil empreitada, aduz que, “para os trabalhadores rurais, o que importa é a posse da terra. Há casos de homens que só possuem um pedacinho de terra com uma mangueira fincada no centro, mas eles lutam por esta terra, eles não querem perder esse fato real de que são “donos da terra”¹⁵. Decerto era difícil para os técnicos compreender a tenacidade dos camponeses na defesa de uma pequena faixa de terra, da qual muitas vezes era sequer proprietário. O camponês defende em primeira e última instância a luta pela terra e assume a “resistência à transformação da terra em monopólio do capital” como explicita Ianni (1986, p.109) e, nessa dimensão, nos permite vislumbrar sua utopia radical.

Na penúltima reportagem com o tema “Vale ou não vale o Vale?: a guerra da fome”, os articulistas buscaram cartografar a estrutura fundiária do Vale do Açu e as relações de produção que nesta vigoravam, afirmando que as mobilizações de meeiros, parceiros e minifundistas, devia-se ao temor que as desapropriações beneficiassem apenas os proprietários de maior porte, o que de fato encontrava fundamento. Na mesma matéria, lê-se:

Juridicamente não poderia ser de outra maneira. O DNOCS pagará as indenizações mediante comprovação de título de propriedade em agências bancárias, expediente que exige antes de tudo documentos firmados em cartório. Aos trabalhadores sem terra nada mais seria oferecido que uma nova organização fundiária, em que eles, os trabalhadores, teriam de ser aperfeiçoados no trato de culturas agrícolas muito mais exigentes do que a plantação de carnaúbas.¹⁶

No trecho acima se encontra o resumo das condições impostas aos pequenos proprietários que majoritariamente não possuíam documentação legal e trabalhadores rurais sem terra que não receberiam nenhuma indenização e estavam à mercê das promessas da reforma agrária, que ocorreria fora do “modelo convencional”, pois o Estado desapropriaria as terras e as distribuiria para os trabalhadores, que iriam produzir

¹⁵ GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? As terras do aluvião. *A República*, Natal, 8/6/1979

¹⁶ GUALBERTO, João; LIMA, Argemiro Lima. Vale ou não vale o Vale? A guerra da fome. *A República*, Natal, 9/6/1979.

alimentos para o consumo de forma planejada. Até mesmo o “kibutz” israelense veio à cena para caracterizar o modelo de produção que se instalaria no Vale do Açu e transformaria o território, a produção e os trabalhadores rurais que “deixariam de ser chamados “parceiros”, “meeiros” ou “minifundistas”, para serem conhecidos simplesmente como “irrigantes ou assalariados”¹⁷. Representado como a locomotiva do progresso, o PBA poria em marcha uma sucessão de acontecimentos que levaria à revolução agrícola e com esta teria fim o principal flagelo que se abatia sobre o semiárido: a fome e suas funestas consequências.

A República apresentou na última série de reportagens com a manchete “Vale ou não vale o Vale? A barragem do século”, todos os números referentes ao PBA, do volume de água a ser acumulado pela barragem às previsões em torno da futura produção agropecuária com esteio no novo padrão técnico e científico. Ao refutar a preocupação dos “ecólogos” com a devastação ambiental que fatalmente ocorreria, os articulistas presumiam que o projeto proposto pelo DNOCS primava pela “compatibilidade entre desenvolvimento e natureza”, diferindo do modelo “conservacionista” defendido pelos ambientalistas e do “economicista” que não guardava preocupação com a relação homem/natureza. Ao longo da série, a empresa Andrade Gutierrez, o DNOCS, os técnicos e o Governo Federal são representados como agentes do progresso, patronos do desenvolvimento e benfeitores da população do Vale.

Havia um rosário de lamentações e acusações desvelando o medo da população que desconhecia o Projeto e não conseguia obter, apesar dos reclamos, maiores informações junto ao DNOCS. Após mapear periódicos, relatórios e outros documentos, em virtude da frequência com que apareciam, enumeramos sem estabelecer ordem de importância, os principais temores de todos os setores sociais: a) indenizações irrisórias; b) naufrágio da cidade de São Rafael; c) desterro das famílias residentes nas áreas desapropriadas; d) deslocamento da população urbana e rural de São Rafael, principalmente os agricultores não indenizados e e) descontinuidade do projeto. Olhando retrospectivamente seus resultados podemos afirmar que todos esses medos foram se concretizando ao longo da montagem do Projeto e, embora passadas quase quatro

¹⁷ Idem.

décadas, suas dívidas sociais e promessas não cumpridas vem à tona nos debates sobre temas correlatos ou que estejam direta ou indiretamente vinculados a este.

Durante o ano de 1978 e o primeiro semestre de 1979 proliferaram reuniões para tratar dos aspectos sociais e econômicos do Projeto Baixo-Açu, cuja iniciativa provinha de entidades e órgãos diversos. A posição da Igreja Católica a respeito do PBA já havia sido objeto de debate na 19ª Assembleia Pastoral da Arquidiocese de Natal ocorrida em meados de dezembro de 1978. Logo em fevereiro de 1979, a Igreja organizou o primeiro encontro na região do Vale do Açu donde firmou o propósito de conduzir uma ampla campanha de mobilização e discussão do projeto, com ênfase para as suas consequências sociais e econômicas.¹⁸

No início de abril de 1979, no encontro do Colégio Episcopal em Mossoró, ocorreu um vigoroso debate onde foram apontadas denúncias sobre a situação de empobrecimento do Vale do Açu desde a aprovação do decreto em 1975. Para o debate e esclarecimentos acerca do PBA foram convidados a professora Tereza Aranha do Departamento de Serviço Social da UFRN e o senhor Eldan Veloso, Coordenador da Comissão de Irrigação do Estado do Rio Grande do Norte (COMIRGA), vinculada ao DNOCS. Foi neste encontro que ocorreram fortes embates em torno do PBA, quando o Padre Canindé – pároco de Assú – e a professora Tereza Aranha fizeram questionamentos profundos ao PBA, creditando a este as razões para o emperramento do desenvolvimento do Vale do Açu nos últimos quatro anos, acusando as autoridades e técnicos responsáveis por sua implementação de agirem de forma autoritária e serem refratários ao diálogo com a comunidade. A viabilidade do Projeto enquanto estratégia para o desenvolvimento global da região e como política anti-seca também foi questionada. O representante do DNOCS afirmou que a população do Vale era instigada a sublevar-se contra o projeto e buscava responder aos questionamentos apresentando estatísticas e cifras que pouco ou nada convenciam os presentes.

¹⁸ Neste encontro a imprensa registrou a ausência de técnicos e representantes de órgãos governamentais e o comparecimento de representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN (FETARN), da Cooperativa Artesanal de Açu, da Emissora Rural de Mossoró e da Comissão Pontífice de Justiça e Paz.

No jornal *O Poti* duas matérias publicadas com os títulos: *Barragem é obra faraônica* e *Barragem do Açú é monumental supérfluo*, o sociólogo Otomar Lopes Cardoso¹⁹ traz uma série de indagações ao PBA apontando problemas relacionados as primeiras experiências com irrigação no Vale do Açú datadas do início dos anos 1970, que ora se encontravam em declínio devido, entre outras coisas, os prejuízos com a salinização. Para Otomar Cardoso era inexplicável que o Brasil insistisse na construção de grandes barragens quando em outros lugares já havia se comprovado sua ineficiência e graves prejuízos, lembrando especialmente a barragem de Assuã no Egito. Na segunda matéria cujo autor é o próprio Otomar Cardoso, trata das incongruências do Projeto e questiona a ausência de debates mais profundos em torno da temática, explicitando que:

(...) toda grande obra governamental se caracteriza pela verbosidade das promessas e explicações fáceis e fartas de seu significado. Ricos detalhes são apresentados, múltiplas solenidades são realizadas, etc. Mas, a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves adotou uma estratégia diferente, onde o silêncio é a tônica principal²⁰.

Premidos pela necessidade de angariar apoio ou neutralizar a população que encontrava-se “sublevada”, no tocante à questão das indenizações, veículos de imprensa associados a grupos políticos e ao governo do Estado, trataram de realizar uma maratona de debates objetivando convencer a população dos benefícios do PBA, embora houvesse um preço a pagar pelo progresso, que, neste caso seria a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, como manifestou o próprio Eldan Veloso, coordenador da Comissão dos Projetos de Irrigação do Estado do Rio Grande do Norte – COMIRGA e representante do DNOCS. No final de abril de 1979, o Jornal Tribuna do Norte divulgou a proposta de uma série de debates no Vale do Açú que seria articulada pelo próprio Jornal e a Rádio Cabugi, tendo como referência, de acordo com o jornal, a iniciativa do ex-deputado Olavo Montenegro e contando com a colaboração do DNOCS. A proposta final era a produção de um documento a ser entregue ao governador Lavoisier Maia, para que este o fizesse

¹⁹ Otomar Lopes Cardoso ocupara o cargo de Secretário Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social no governo de Tarcísio Maia. Sob a responsabilidade de sua Secretaria foi organizado o I Seminário para o Desenvolvimento do Vale do Açú, ocorrido em janeiro de 1977.

²⁰ CARDOSO, Otomar Lopes. Barragem do Açú é monumental supérfluo. *O Poti*, 10/06/1979.

chegar às mãos do Ministro do Interior Mário Andreazza e do Presidente João Batista Figueiredo²¹.

Dentre os convidados constava a Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores e patronais, prefeitos, secretários do Estado e outros órgãos públicos e privados. Dois temas centrais foram debatidos na reunião: o preço das indenizações e a revisão da área destinada ao projeto de irrigação. Nos debates, a questão que ganhava maior destaque era a desapropriação das terras que se situavam à jusante da barragem, destinadas ao projeto de irrigação. A desapropriação da área da primeira etapa, onde ficaria a bacia hidráulica da barragem já era considerada inexorável e recebia forte apoio político de empresários, do governo estadual e praticamente de todos os agrupamentos políticos, verificando-se algumas ressalvas quando se enfatizava a dimensão da barragem.

Nos primeiros momentos de embate, os interesses de pequenos, médios, grandes proprietários e empresários se mesclavam nos discursos elaborados pelas elites, fazendo passar como interesse da coletividade, reivindicações específicas das classes mais abastadas. A forma autoritária como era conduzido o projeto, gerava indignação generalizada e a situação era caracterizada em termos de oposição DNOCS versus sociedade. Nestas condições a aliança entre os diversos segmentos sociais havia sido selada em nome do combate ao PBA – máxime nos aspectos considerados injustos ou desnecessários – porém o que os grandes proprietários reivindicavam em regime de urgência era a liberação das terras situadas à jusante da barragem, pois, com a construção da obra haveria oferta hídrica para o agronegócio, valorizando sobremaneira essas propriedades. Portanto, não interessava aos proprietários a desapropriação pública com valores irrisórios, uma vez que a construção da barragem provocaria a sobrevalorização dos imóveis, permitindo-os negociar as terras por melhores preços quando num futuro próximo se formaria um bom mercado de terras no Vale do Açu.

O canteiro de obras da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves foi instalado em junho de 1979, após intensa polêmica em torno da suspensão da construção e os debates em torno do PBA continuaram incessantes. Os proprietários tratavam de levar as várias instâncias do poder a reivindicação de reestudo da obra, melhores valores

²¹ DEBATE no Baixo-Açu. *Tribuna do Norte*, Natal, 26/04/1979.

das indenizações e a rediscussão da segunda etapa. Em 18 de setembro de 1979, o *Diário de Natal* estampava a matéria “ DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu”. Os grandes proprietários rurais haviam conseguido êxito na empreitada pela liberação destas terras, embora a imprensa não noticiasse o fato como conquista dos empresários rurais, mas como uma questão de ordem jurídica e outra de natureza econômica. Para a primeira, o DNOCS explicava que o Decreto 76.046 de 27 de julho de 1975 havia caducado e a área destinada a irrigação não seria mais desapropriada. Quanto a segunda, apontava a ausência de recursos, pois somente a área da bacia hidráulica tinha orçamento para indenização. De imediato, o Diretor Geral do DNOCS informa ao setor de crédito do Banco do Brasil que a instituição poderia restabelecer crédito para custeio e financiamento aos “empresários rurais” da área supracitada. A carta enviada pelo DNOCS ao Banco do Brasil tratando da drástica redução da área do PBA e o retorno do crédito aos proprietários foi divulgada na íntegra no Jornal Diário de Natal.²²

Com a decisão de reduzir a área do PBA, as denúncias e críticas sofrem um recorte político, social e geográfico. Até ocorrer essa ruptura, todos os setores sociais da área abrangida pelo Decreto tinham basicamente uma causa em comum, a luta contra as injustiças do PBA. Doravante, a população atingida pela construção da obra hidráulica ficaria órfã da parceria estabelecida com os que seriam desapropriados na área à jusante da barragem. Nesta última, se encontravam os mais fortes articuladores políticos de “oposição” ao projeto, uma vez que estes representavam a classe dominante do Vale do Açu. A luta agora se concentraria especialmente na área da bacia hidráulica e iria desterritorializar populações dos municípios de Jucurutu, Ipanguaçu, Açu e de modo drástico São Rafael.

No entanto, a situação se apresentava de modo diverso para os vários segmentos sociais. Os proprietários rurais lutavam pelo “preço justo” das indenizações, a população urbana de São Rafael se articulava na defesa da construção da nova cidade e os meeiros, moradores e arrendatários que não receberiam indenizações, reivindicavam terra de trabalho e moradia. Em matéria intitulada O Vale, o *Diário de Natal* aborda a situação dos moradores do município de São Rafael que se encontrava com a economia

²² DNOCS abre mão de 91 mil hectares no Vale do Açu. *Diário de Natal*, Natal, 18/09/1979.

praticamente congelada devido à instabilidade gerada com o Decreto de desapropriação. Nas entrevistas que realizamos, os depoimentos são de natureza similar aos apresentados na matéria citada. Na área rural a opressão pesava sobremaneira para os pequenos proprietários e os que não tinham posse da terra e na cidade sofriam com o declínio de seus negócios os comerciantes, feirantes e outros. A inflação galopante reduzia cada vez mais os míseros valores das indenizações, não havia interesse em novos investimentos no município em virtude de sua submersão com a barragem e vivia-se um clima social lúgubre. A cidade havia estacionado no tempo de acordo com o senhor Florizante Barros da Câmara ao afirmar em tom crítico e jocoso que “Aqui chegou a um ponto dos bancos não fazerem nenhum movimento. Do decreto para cá, quase nada foi construído, apenas três prédios, o da Telern que o prefeito construiu na marra, o Posto Avançado do Banco do Brasil e a garagem do meu carro²³.”

Conclusões

A violência desse processo adquiriu tamanha proporção, que localizamos na grande imprensa do RN, várias denúncias contra os governos e o DNOCS. Em uma das matérias intitulada “Indenizações no Vale são esbulhos”²⁴, encontramos o agricultor Antônio Hilário Peixoto, 84 anos, que possuía uma pequena propriedade de 14 hectares, cercada, com água em barreiro e das quais 4 hectares estavam plantadas com capim. Apenas pelo arrendamento da água do barreiro e do capim, por um período de 10 meses, o velho agricultor receberia o valor de Cr\$ 100 mil. Contudo, o DNOCS propôs a aviltante indenização de Cr\$ 2.400 por toda a propriedade. A insignificância da indenização é ainda mais patente quando o agricultor informa que é “um pagamento que não dá sequer para pagar a escritura de uma nova propriedade”. No dia seguinte o mesmo Jornal publica na seção “Negócios e Finanças”, nova matéria tratando das indenizações do DNOCS e das “contradições” do Projeto Baixo-Açu, retomando a situação do agricultor Antônio Hilário Peixoto. Pelas informações importantes que contém e porque localizei outros sujeitos que vivenciaram essa dramática situação, transcrevo-a na íntegra:

Alguém de bom senso pode acreditar que um homem, aos 84 anos de idade, responsável direto pela sobrevivência de mais seis pessoas, possa

²³ O Vale. *Diário de Natal*, Natal, 16/06/197.

²⁴ *Diário de Natal*, 27 de março de 1980. Arquivo do Núcleo Temático da Seca (NUT-SECA/ UFRN).

recomeçar a vida tendo apenas 2. 400 cruzeiros? Esta é uma situação real, vivida por Antônio Hilário Peixoto, proprietário de 14 hectares de terras em São Rafael. O DNOCS acredita no milagre. E por isso quer pagar menos do que o salário mínimo ao pequeno e pobre agricultor. Pequenas propriedades com a de Antônio Hilário Peixoto se somarão para serem inundadas pela barragem “Armando Ribeiro Gonçalves”, projeto que promete deixar o Vale muito rico. Tudo bem. O que não se entende é que para conseguir a meta haja a necessidade de deixar o homem da região em absoluta miséria quando qualquer trabalho de governo deve ter como fim último, o bem estar do próprio homem. E é importante que se diga que o caso do seu Hilário não é isolado. Há muito Hilários na região, atormentados, atemorizados, desorientados, sem entender nada, absolutamente nada do que está acontecendo”²⁵.

Estava em curso a desordem do progresso. Repleto de contradições, ele se edificava na destruição da natureza, intensificando a pauperização, reconcentrando riquezas e estabelecendo a reestruturação fundiária do Vale para torná-la ainda mais excludente e conservadora²⁶. Walter Benjamin (1987) ao descrever o quadro de Paul Klee, intitulado *Angelus Novus* afirmou que este bem poderia representar o anjo da História. Ele tem o rosto virado para o passado donde observa um amontoado de ruínas, enquanto uma tempestade sopra com força empurrando-o para o futuro. Benjamin conclui que a “tempestade é o que chamamos de progresso”. Para os camponeses de São Rafael, o PBA era uma grande “tempestade”, impetuosa e implacável. Era o redemoinho e seu espiralar revirava coisas e gente, transformando tudo em poeira e ruínas. Contudo, esses acontecimentos não viraram poeira da história e de suas ruínas os camponeses extraíram a matéria prima, a força motriz para a organização das lutas em defesa da terra de trabalho e moradia. Segundo Vargas (1987), para a maioria dos camponeses de São Rafael, o PBA com sua grande barragem foi a maior seca vivenciada por eles.

DOCUMENTOS E FONTES

²⁵ Indenizações. *Diário de Natal*, Natal, 28/03/1980.

²⁶ Sobre o caráter excludente da modernização no Vale do Açu ver: NUNES; ORTEGA, GODEIRO, (2007) e ALBANO (2008).

BRASIL: I PND. 1972/74.

Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 13/10/2016.

_____: II PND. 1975/79. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF> Acesso em 13/10/2016.

_____: MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS. PROJETO BAIXO-AÇU. Estudos de Controle dos Impactos Ambientais e de Aproveitamento Múltiplo do Reservatório Engº Armando Ribeiro Gonçalves. Vol. I; VI. São Paulo, HIDROSERVICE, 1979.

_____: Estudo de Viabilidade para a Irrigação do Vale do Açú/RN. São Paulo, 1974. SERETE S.A Engenharia.

FETARN. Denúncia. 25 de maio de 1979;

_____. Um Recado aos Trabalhadores Rurais Atingidos pela Construção da Barragem do Baixo-Açú. 25 de março de 1980; Arquivo NUT-SECA – UFRN

_____. Ofício. Nº 178. 22/07/1980.

Jornal **A República**. Natal/RN. 1979 -1980. Arquivo NUT-SECA - UFRN

Jornal **Tribuna do Norte**. Natal/RN. 1979 -1980. Arquivo NUT-SECA - UFRN

Jornal **Diário de Natal**. Natal/RN. 1979 -1980. Arquivo NUT-SECA - UFRN

REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2008.

HOLANDA, Nilson. **O Desenvolvimento do Nordeste: desempenho recente e perspectivas para 1980**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1974.

IANNI, O. A Utopia Camponesa. **Revista da Universidade de São Paulo**. São Paulo, nº 02, Ago. 1986, p.103-118.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, A.G. da. **A Parceria na agricultura irrigada no Baixo Açú**. Natal: CCHLA, 1992.

SILVA, Roberto Marinho Alves da et all (Orgs.). **Rafael Arcaño da Costa: Poética veia profética**. Natal/RN: Gráfica Líder e Editora, 1998.

VALENCIO, Norma Felicidade. **Grandes projetos hídricos no Nordeste: suas implicações para a agricultura no semi-árido**. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1995. (Coleção Vale do Açú, v. 8).

VARGAS, Nazira Abib O. **Beiradeiros do Baixo-Açú**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019